Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Ex-alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia: quem são e quais seus projetos para o futuro?

Graduates of Agricultural Family School of Olivânia: who are they and what are their projects for the future?

Leonardo Rauta Martins[1]

Resumo
Neste texto, buscamos analisar as diversas situações que compõem a trajetória de egressos da Escola Família Agrícola de Olivânia – EFA-O, em especial aquelas relacionadas ao período em que estes sujeitos eram estudantes, à situação presente e a seus projetos de futuro. Tais projetos são o ponto de partida para uma reflexão sobre como se articulam disposições constituídas ao longo da vida desses jovens, dispositivos educacionais orientados para a valorização do espaço rural e experiências escolares com a pedagogia da alternância. Nossa análise baseia-se em informações recolhidas por meio de um questionário, aplicado para ex-alunos da EFA-O, em diálogo com autores das ciências humanas e sociais, particularmente aqueles relacionados às categorias evocadas anteriormente (Schutz, Bourdieu, Dodier, Barbot e Dewey). Esse exercício permitiu, além da construção de um perfil desses ex-alunos, o debate acerca de elementos que influem nas escolhas sobre "ficar ou sair" das áreas rurais.
Palavras-chave: Escola Família Agrícola de Olivânia; egressos de Escolas Família Agrícola; projetos de futuro; Mepes; Educação do Campo.

Abstract
In this text, we seek to analyze the various situations that compose the trajectory of graduates of the Family Farm School (FFS), especially those related to the period when these subjects were students, their present situation and future projects. Such projects are the starting point for discussing how articulations are established throughout the lives of these young people are constituted, educational dispositives oriented to the valorization of the rural space and school experiences with the pedagogy of alternation. Our analysis is based on information collected through a questionnaire, applied to former students of EFA-O, in dialogue with authors from human and social sciences, especially those related to the categories mentioned above (Schultz, Bourdieu, Dodier and Barbot, and Dewey). In addition to building a profile of these former students, the exercise enabled the discussion on elements that influence choices about "staying or leaving" in rural areas.
Keywords: Olivânia Family Farm School; graduates of Agricultural Family Schools; future projects; Mepes; Rural Education.

Citação sugerida
RAUTA MARTINS, Leonardo. Ex-alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia: quem são e quais seus projetos para o futuro? Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-23, e021007, jan./dez. 2021.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
10 nov. 2020

Aceite:
19 fev. 2021

Publicação:
08 mar. 2021

[1]Doutor em Sociologia (UnB) e professor substituto da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Brasil. E-mail: rauta.martins@gmail.com

Introdução

O debate contemporâneo sobre a educação do campo, protagonizado por importantes movimentos sociais e setores da academia, confere destaque à experiência pioneira das Escolas Família Agrícola – EFAs. As EFAs são instituições de ensino criadas por agricultores familiares e lideranças locais, responsáveis pela formação escolar e humana de filhos e filhas de agricultores, e voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais onde estão instaladas.

O objetivo deste trabalho é delinear o perfil de ex-alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia – EFA-O e, em paralelo, discutir algumas situações que compõem a trajetória desses ex-alunos, sobretudo aquelas relacionadas ao período em que eram estudantes, à situação presente e a seus projetos de futuro. Tais projetos são o ponto de partida para uma reflexão sobre como se articulam *disposições* constituídas ao longo da vida desses sujeitos, *dispositivos educacionais* orientados para a valorização do espaço rural e *experiências* escolares com a pedagogia da alternância[2]. Para do objetivo supracitado, utilizamos dados coletados por meio da aplicação de questionários junto a ex-alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia – EFA-O, em diálogo com autores das ciências humanas e sociais, particularmente aqueles relacionados às categorias evocadas anteriormente (Schutz, Bourdieu, Dodier, Barbot e Dewey).

Fundadas no Sul do estado do Espírito Santo, no final da década de 1960, as EFAs são reconhecidas como as responsáveis por introduzir a pedagogia da alternância no Brasil, uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem que articula saberes produzidos na escola com aqueles provenientes do ambiente sociofamiliar e vice-versa. A EFA-O, fundada em Anchieta – ES em 1969, é considerada a primeira experiência educacional no Brasil a utilizar a pedagogia da alternância no seu processo de ensino-aprendizagem.

Essa pedagogia surge com a fundação das *Maisons Familiales Rurales*, na França, em 1935. Tanto *Maisons* quanto *EFAs* nasceram da articulação entre sacerdotes católicos e lideranças rurais. A diferença reside, em especial, no protagonismo exercido por estes atores em cada uma dessas situações. No caso das *Maisons*, os agricultores integrantes de um sindicato demandaram ao padre de sua paróquia o auxílio para a construção de uma solução para escolarização de seus filhos (GIMONET, 2007). No caso das EFAs, ocorreu o inverso, padres jesuítas, a partir de sua percepção sobre a realidade local, foram ao encontro de agricultores para propor a construção de uma iniciativa educativa para os filhos destes. Isso se dá porque, diferentemente da França, não havia à época, no Sul do Espírito Santo, a presença de organizações da classe trabalhadora que pudessem trazer à baila as necessidades nascidas no

[2] Essas categorias serão tratadas na seção 2 do texto.

cotidiano desses atores e, assim, dotá-los de maior protagonismo em relação as suas próprias vidas[3].

Antecede à fundação das EFAs, inclusive a de Olivânia, a criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – Mepes, instituição responsável pela gestão administrativa e pedagógica da maior parte das EFAs no Espírito Santo. Precede à fundação dessas escolas a criação de diversos comitês municipais responsáveis pela mobilização de lideranças rurais, arrecadação de recursos e recrutamento de apoiadores à causa das EFAs (ZAMBERLAN, 2018). Esse trabalho de mobilização não passou desapercebido pelos órgãos de controle e repressão do Estado, isso a despeito do Mepes ser uma iniciativa conduzida por religiosos católicos[4].

O trabalho desses comitês e, posteriormente, as ações do Mepes no âmbito da saúde[5] são tributárias do "desenvolvimento de comunidade", marco ideológico difundido à época. Trata-se da crença, sustentada por organismos internacionais, de que os países subdesenvolvidos, para romperem com esta condição e atingirem um melhor grau de desenvolvimento, necessitariam capacitar seus grupos subalternos (principalmente os trabalhadores rurais) integrando-os ao processo de desenvolvimento nacional (AMMANN, 2003). As EFAs, no seu início, ao atuarem para que seus alunos e famílias se apropriassem de técnicas "modernas" de produção agropecuária, objetivavam que estes abandonassem certas práticas consideradas "atrasadas" e, portanto, segundo esse marco ideológico, tidas como um obstáculo ao desenvolvimento dessas famílias e do próprio país[6].

Inicialmente, a EFA-O começa a funcionar em regime de suplência com o curso de "agricultor técnico". Essa formação, com duração de dois anos, mesclava o domínio de técnicas agrícolas com rudimentos de cultura geral. Em 1971, esse curso foi reconhecido pelo Conselho de Estadual de Educação equivalendo a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental regular. Em 1974, o Conselho Estadual ampliou o reconhecimento da formação ofertada pelas EFAs no Espírito Santo equivalendo-a ao Ensino Fundamental completo em regime de suplência. Em 1978, a EFA de Olivânia recebeu autorização para abrir turmas para o 2º Grau, na modalidade técnico em agropecuária (CALIARI, 2013).

A EFA-O constituiu-se ao longo do tempo um modelo para outras instituições similares, e sua condição de referência ainda hoje é sentida no interior do Mepes. Isso se dá devido a alguns fatores, como: (1) a proximidade física com a sede do Mepes, bem como as relações próximas entre os

[3] Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais figuram ainda hoje como as entidades com maior atuação na organização e representação dos agricultores dessa região e todos eles foram fundados a partir de 1972, logo, anos após a criação das primeiras EFAs.

[4] Sobre a vigilância em torno de algumas ações do Mepes durante a ditadura, cf. Zamberlan (2018), em especial a segunda parte do livro na qual estão dispostos alguns depoimentos de fundadores.

[5] A formação das líderes de saúde, a constituição de uma rede de parteiras, os trabalhos de combate a verminoses, barbeiros, etc.

[6] Essa postura das EFAs em relação aos conhecimentos dos agricultores mudou com o tempo, dando lugar a uma postura muito mais dialógica e menos tecnicista.

responsáveis pela escola e a direção do movimento; (2) a estrutura física relativamente avantajada, se comparada às outras escolas; (3) a atuação de profissionais estrangeiros que já tinham experimentado a pedagogia da alternância em seus países; (4) a ampliação dos níveis de formação que esta escola conseguiu alcançar ao longo dos anos; e, derivado do anterior, (5) a vinda para esta escola, até meados dos anos 1980, de alunos provenientes de vários estados do país, como Amazonas, Bahia, Maranhão, Piauí etc.[7]

Esses alunos de outros estados, formados na EFA-O, estão na origem do processo de expansão das EFAs para outras regiões do país, uma vez que, ao concluir o curso, esses sujeitos retornaram a seus estados e passaram a articular a fundação de instituições similares em suas regiões, fato que encerra a vinda de alunos de outros estados para a EFA-O.

Em oportunidades de diálogo com jovens rurais, sobretudo em momentos de pesquisa[8], identificamos a associação quase automática que alguns desses sujeitos fazem entre as EFAs e o fenômeno da permanência da juventude no campo. Do ponto de vista desses sujeitos, a educação propiciada pelas EFAs faria com que os jovens valorizassem mais o espaço rural e optassem por construir nele seus projetos de vida e futuro. Esse suposto também era compartilhado pelas EFAs, ao afirmarem que a maior parte dos jovens que nela estudam permanece no campo[9].

O contato com essas narrativas colocava de pronto uma questão: saber em que medida essa convicção acerca do papel da EFAs na permanência da juventude no campo era fruto de dados da realidade ou mero efeito discursivo. O encontro de ex-alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia, em 2017, foi a ocasião encontrada para elaborar um perfil de egressos dessa instituição e testar as afirmações de lideranças juvenis e das EFAs acerca da possível relação destas instituições educativas com o fenômeno da permanência da juventude no campo.

Para efeitos de organização, dividimos o texto em quatro partes: introdução; aspectos teóricos-metodológicos e universo de estudo; resultados e discussões; e considerações finais. Primeiramente, realizamos a contextualização do tema e definição do objeto de estudo. Na sequência, buscamos demonstrar a articulação entre as categorias teóricas mobilizadas e a construção do instrumento de coleta de dados, bem como indicar as estratégias utilizadas na coleta e tratamento de dados/informações. Em seguida, analisamos os resultados encontrados na pesquisa empírica, construindo o

[7] Em 1984 funda-se, com o envolvimento de ex-alunos da EFA-O, a EFA de Riacho de Santana/BA. Tem início a partir daí o processo de expansão das EFAs para outros estados e, com isso, diminui, até se extinguir, a vinda de alunos de fora do Espírito Santo (CALIARI, 2013).

[8] Referimo-nos ao projeto "Juventude rural: permanência no campo e reprodução social da agricultura familiar", conduzido pelo Ipea entre os anos de 2014 e 2017 e à experiência de campo de nossa tese de doutorado, em 2017.

[9] Quando consultado, em 2016, o site da União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil – Unefab trazia a informação de que as EFAs já haviam formado 50.000 estudantes, dos quais [...] 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças (site da Unefab citado por Santos, 2017, p. 46).

perfil desses ex-alunos e discutindo temas como: trabalho, renda e participação nos processos decisórios; vida comunitária e acesso a políticas públicas e informação; projetos de vida e expectativas em relação ao futuro. Por fim, procuramos retomar os principais achados de pesquisa a título de considerações finais.

Aspectos teórico-metodológicos e universo de estudo

Antes de tratarmos do instrumento de coleta de informações e seus limites, convém abordarmos sucintamente as principais categorias teóricas que subjazem nosso esforço de pesquisa. Como mencionado, nosso objetivo consiste em discutir, a partir dos dados fornecidos por egressos da EFA-O, as diversas situações que compõem a trajetória deles, especialmente aquelas relacionadas ao período em que eram estudantes, à situação presente e seus projetos de futuro.

Consideramos projeto de futuro a projeção consciente de uma situação desejada (profissional, familiar etc.) a partir do "estoque de conhecimentos" acumulados pelos atores ao longo de suas vidas, algo similar a "(...) um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e [que] também determina sua antecipação das coisas que virão" (SCHUTZ, 1979, p. 74).

Em Dewey (2010), a experiência pressupõe um processo de subjetivação, ou seja: "a formação de atitudes que são emocionais e intelectuais" e que alteram "nossas sensibilidades e modos básicos de satisfazer e responder a todas as condições que encontramos ao viver" (p. 79; tradução nossa). Este autor, ao analisar o processo de aprendizagem, considerando a dinâmica subjacente ao espaço escolar, mostra que "o aprender colateral, com a formação de atitudes duradouras, de gostos e desgostos, pode ser e é, frequentemente, muito mais importante que as lições de ortografia ou história que se aprendem". Isso porque "(...) essas atitudes são, fundamentalmente, as que contam no futuro. A atitude mais importante que se pode formar é o desejo de seguir aprendendo" (DEWEY, 2010, p. 90).

Essa noção de experiência guarda, em alguns aspectos, relação com a ideia de *habitus* presente em Bourdieu, no sentido de evocar repertórios de recursos acumulados pelos agentes (disposições) durante sua trajetória individual. Bourdieu compreende o *habitus* como um conjunto de disposições amealhado pelos atores no decurso de suas vidas, ou seja, estruturas incorporadas através da ação de distintas instâncias de socialização (a família, a escola etc.), sendo também relevante a fração de classe à qual pertencem os sujeitos. Essas disposições, introjetadas no nível do inconsciente, funcionam como uma lente a partir da qual os atores enxergam e agem no mundo. Não se trata aqui de determinação, mas de condicionamento da ação, ou, nos termos do autor, de "[...] estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes [...]" (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

Acreditamos que os projetos de futuro dos sujeitos considerados neste trabalho são influenciados por processos de socialização ocorridos desde a infância (com os pais na unidade produtiva familiar, na EFA, na igreja e em outros espaços de sociabilidade comunitários etc.). Entendemos que o aprendizado incorporado nesse momento da vida constitui-se a base do repertório de disposições formado pelos atores ao longo de suas trajetórias[10], influenciando, portanto, na sua tomada de decisões sobre o futuro profissional. De todas as instituições socializadoras, nos interessa particularmente a escola, atravessada, simultaneamente, por questões e agentes vinculados à educação (currículos, disciplinas, instrumentos pedagógicos, professores etc.) e à juventude (estudo, namoro, novas tecnologias, tempo livre, projetos de futuro etc.).

Nesse sentido, tomamos a EFA-O como um dispositivo institucional de formação de jovens voltado à valorização da agricultura familiar. Neste trabalho, interessa-nos particularmente o tratamento dado à noção de dispositivo por Dodier (2016), Dodier e Barbot (2017), no que se refere à abordagem processual dos dispositivos, em especial, a atenção dedicada ao trabalho normativo[11] dos atores. Isso porque, se, de um lado, os dispositivos têm o potencial de condicionar/influenciar a ação dos atores, de outro, há também reflexividade e produção de questionamentos sobre o dispositivo e sobre os papéis exercidos pelos demais agentes que o integram.

Do nosso ponto de vista, pensar os efeitos da educação propiciada pela EFA-O nas trajetórias de seus ex-alunos, em especial na conformação de projetos de futuro, implica considerar a articulação entre *disposições* constituídas ao longo da vida desses sujeitos, *dispositivos educacionais* orientados para a valorização do espaço rural e suas *experiências* escolares com a pedagogia da alternância. Esse é o entendimento que fundamenta a construção do instrumento de coleta de dados (questionário) e sua posterior análise.

O questionário, autoaplicável, contou com 33 perguntas, além dos dados de identificação. Dividido em nove seções — dados pessoais, ocupação dos pais/responsáveis quando estudantes, ocupação do egresso quando estudante, ocupação atual do entrevistado/renda, vida comunitária e associativa, políticas públicas, projeto de vida e expectativas em relação ao futuro —, o instrumento foi aplicado no início da programação oficial do encontro. As suas questões foram pensadas de modo a cobrir de forma mais ampliada a trajetória dos sujeitos investigados, abordando temas como estudo, trabalho, renda, família, acesso à terra, participação social e comunitária, acesso a bens e serviços e a influência atribuída por eles às EFA em dimensões estruturantes de suas vidas.

[10] Deve-se ter em mente que os atores no decurso de suas vidas são confrontados com uma série de situações e instituições que dão origem a um movimento incessante de incorporação de novas disposições.

[11] Por trabalho normativo dos atores, designam-se "as avaliações, positivas ou negativas, que os indivíduos sustentam de modo explícito sobre os estados de coisas" (DODIER; BARBOT, 2017, p. 491).

A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 21 e 23 de julho de 2017, ocasião em que cerca de 80 egressos da EFA-O, oriundos de 19 municípios e 4 estados da Federação (Goiás, Rio de Janeiro, Piauí e Espírito Santo), reuniram-se nessa escola para um encontro de ex-alunos. Estiveram presentes representantes de várias turmas de egressos, sobretudo aqueles que concluíram o curso nas décadas de 1990 e 2000.

O número de questionários preenchidos pode ser considerado satisfatório, uma vez que atingiu a quase totalidade dos participantes. Esse resultado foi facilitado por alguns fatores, tais como: a dinâmica adotada no encontro, a escolha do momento de aplicação do questionário, o apoio da organização do evento e, evidentemente, o nível de escolaridade dos participantes (ensino técnico completo e quase a metade de estudante de graduação ou com o ensino universitário completo), o que possibilitou o correto preenchimento do instrumento, evitando eventuais descartes. Esse conjunto de fatores possibilitou o preenchimento de 71 formulários, cujas informações constituem a base das análises subsequentes.

É importante reconhecer os limites que a natureza não representativa da amostra pode trazer ao nosso estudo. O primeiro desafio é a natureza voluntária da participação, ou seja, a distância que separa o recebimento de um questionário e o seu respectivo preenchimento, o que poderia levar à redução dos questionários respondidos. Essa situação foi contornada, pela aplicação conjunta dos questionários, em um momento específico da programação, e seu recolhimento logo após o preenchimento. Teve forte apelo ao público participante, a ideia repassada, pela coordenação do evento, de que seria importante para a escola obter informações sobre as trajetórias e os projetos de futuro de seus ex-alunos. Uma segunda questão diz respeito à participação não igualitária de homens e mulheres na amostra, sendo 48 do sexo masculino e 23 do sexo feminino. Por isso, optamos por desagregar os dados segundo o sexo, ao invés de proceder a quantificação abarcando conjuntamente o universo de homens e mulheres. Utilizamos na tabulação das informações a função tabela dinâmica do Excel.

Resultados e discussões

Panorama geral da amostra a partir de dados pessoais dos participantes

Do total de participantes, 68% eram homens e 32% mulheres. A menor participação feminina pode estar relacionada à dinâmica do evento, que incluiu a necessidade de pernoitar na escola como forma de reexperimentar a vivência no internato e o convívio com os colegas. A permanência na escola durante o evento também possibilitou a participação de pessoas oriundas de outros municípios e/ou estados, embora possa ter impedido uma maior presença de mulheres, cuja mobilidade, quase sempre, é reduzida, em função dos papéis ainda atribuídos a elas na sociedade (mães, esposas, donas de casa).

A média de idade dos participantes foi de 37,5 anos e está relacionada à distribuição de egressos, concentrada nas décadas de 1990 e 2000. Embora tenham participado ex-alunos residentes em 19 municípios, pertencentes a quatro estados da Federação (Goiás, Rio de Janeiro, Piauí e Espírito Santo), o maior volume de participantes reside no Espírito Santo, nos municípios Guarapari, Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul, respectivamente.

Verificamos um quadro relativamente equilibrado entre participantes casados (49%) e solteiros (44%), acrescido do registro de 4% de divorciados/desquitados e de 3% que não responderam.

Tabela 1 – Estado civil em função do sexo.

	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**	**Total**	**%**
Solteiro	7	30%	24	50%	31	44%
Casado/vive junto	13	57%	22	46%	35	49%
Divorciado(a)/separado(a)	1	4%	2	4%	3	4%
NR	2	9%	–	–	2	3%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Porém, ao separarmos o estado civil, tomando como referência o sexo, observamos uma maior proporção de homens solteiros (50%) em relação a mulheres solteiras (30%) e, correlato, uma maior proporção de mulheres casadas (57%), em relação a homens casados (46%).

Na amostra trabalhada, 48% dos pesquisados possuem filhos, 51% não possuem e 1% não respondeu à pergunta. Como podemos observar na Tabela 2, a proporção de mulheres (61%) que possuem filhos é superior à de homens nessa mesma condição (42%). Embora a média de idade de homens e mulheres seja idêntica, 37,5 anos, o reconhecimento da maternidade ocorre com mais frequência que o da paternidade.

Tabela 2 – Filhos em razão de sexo.

	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**	**Total**	**%**
Sim	14	61%	20	42%	34	48%
Não	8	35%	28	58%	36	51%
NR	1	4%	–	–	1	1%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

No que se refere à composição étnico-racial, as categorias de cor/raça utilizadas pelo IBGE foram aqui adotadas, sendo apurada a presença de 55% de brancos, 39% de pardos, 3% indígenas, 1% pretos e 1% de não resposta. Ainda no quesito raça/cor, a proporção de mulheres e homens pardos é praticamente

idêntica: 39 e 40%, respectivamente. Já a proporção de mulheres brancas (61%) é superior à dos homens de mesma cor (52%), como observamos a seguir.

Tabela 3 – Raça/cor em razão do sexo.

	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**	**Total**	**%**
Branca	14	61%	25	52%	39	55%
Parda	9	39%	19	40%	28	39%
Preta	–	–	1	2%	1	1%
Indígena	–	–	2	4%	2	3%
NR	–	–	1	2%	1	1%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

A composição familiar também foi objeto de investigação. Dos participantes, pouco mais da metade (51%) mora com esposo (a)/companheiro(a), 38% com pai/mãe ou sogro, e apenas 7% residem sozinhos. Os que moram com os pais têm idade inferior (uma média de 31,4 anos) àqueles que moram com esposo/a ou companheiro/a (43,6 anos).

No que diz respeito ao local de residência, verificamos um equilíbrio entre moradores de áreas urbanas (46%) e áreas rurais (44%), e registramos ainda aqueles que moram simultaneamente em área urbana e rural (8%). Nessa pergunta houve quem não tenha respondido (1%).

No Brasil, a classificação rural/urbano utilizada nas estatísticas oficiais é de responsabilidade das câmaras municipais e constitui-se objeto de controvérsia[12]. Em primeiro lugar, essa definição arbitrária desconsidera as relações socioeconômicas que estruturam a maior parte dos municípios brasileiros, assentados sobre a dinâmica produtiva e social da agricultura, e com isso convertem automaticamente pequenos distritos e sedes de municípios pouco povoados em cidades (VEIGA, 2002). Em segundo lugar, a forma como as câmaras municipais definem o que é rural e urbano dentro de cada município consolida o rural como resíduo do espaço urbano, ou seja: tudo aquilo que não é urbano, só pode ser rural. E, mais perverso, toda vez que equipamentos públicos são instalados em espaços rurais (creches, iluminação pública, posto de saúde etc.) essas áreas são convertidas, pelo Legislativo local, em áreas urbanas, reificando as áreas rurais como zonas de exclusão (VALADARES, 2014). A dinâmica anteriormente descrita pode ser igualmente observada nos municípios de Guarapari, Anchieta, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul, de onde provém a quase totalidade dos egressos.

No que se refere à escolaridade dos participantes, a Tabela 4 mostra que pouco menos da metade dos sujeitos investigados ingressou ou concluiu o Ensino Superior (44%) e que, destes, a proporção de mulheres (52%) é

[12] Há uma previsão de que no Censo de 2020 uma nova metodologia de classificação da população seja colocada em prática. Nessa nova metodologia, o IBGE levaria em conta a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população.

ligeiramente superior à de homens (40%). O maior acesso das mulheres à educação acompanha a tendência nacional, sendo documentado em várias pesquisas que, no geral, tomam tal fenômeno como parte do conjunto de estratégias femininas de busca de autonomia, reconhecimento e valorização (CARNEIRO, 1998, IPEA, 2017). Obviamente, os dados relativos ao acesso à educação da população rural em geral estão muito abaixo daqueles encontrados na amostra em questão. Dito de outra forma, a realidade de alunos e ex-alunos das EFAs distancia-se muito da realidade da maior parte da população rural, marcada historicamente pela ausência de políticas públicas garantidoras de direitos e cidadania, o que reflete em indicadores educacionais bem inferiores aos observados entre a população urbana.

Tabela 4 – Escolaridade em razão de sexo.

	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**	**Total**	**%**
Ensino médio/curso técnico em agropecuária completo	11	48%	29	60%	40	56%
Especialização	6	26%	3	6%	9	13%
Superior completo	3	13%	10	21%	13	18%
Superior incompleto (cursando)	3	13%	6	13%	9	13%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	**100%**

Fonte: Elaboração do autor.

Trabalho, renda e participação em processos decisórios

O trabalho, elemento essencial na reprodução social e, em particular, na reprodução familiar, constitui-se numa das principais instâncias de socialização, seguida pela educação.

A partir de processos sociais determinantes da vida em sociedade, conhecimentos e tecnologias foram descobertos ou construídos, passando esses a orientar práticas e modos de ser e de agir no mundo. No que diz respeito à pesquisa, a concepção de trabalho foi operacionalizada a partir das categorias profissão/atividade. Partindo do pressuposto que o conjunto de disposições para o agir desses egressos (o seu *habitus)* foi, em alguma medida, constituído por experiências laborais diversas na agricultura familiar, deles próprios e mesmo de seus pais. Por isso, a importância de recuperar esses elementos do passado dos egressos.

Os dados demonstram que 87% das famílias dos sujeitos investigados possuíam alguma forma de acesso à terra (na qualidade de parceiro, meeiro, arrendatário ou proprietário) e que em 69% dos casos a renda principal da família originava-se do trabalho na agricultura familiar. A EFA de Olivânia, no seu processo de seleção de alunos, leva em consideração esse aspecto, na medida em que sua ação está voltada ao atendimento de filhos e filhas de

agricultores e que a pedagogia da alternância imprescinde da vinculação do aluno e sua família ao trabalho na terra.

Essas formas de acesso não necessariamente implicam a propriedade da terra, caso de 60% das famílias. No que diz respeito à profissão dos pais dos egressos, quando estes eram ainda estudantes, 76% dos pais eram agricultores familiares[13] e 39% das mães exerciam esta mesma profissão. Registramos um percentual de 31% de mães classificadas como "donas de casa" e 8% de "domésticas", categorias que tradicionalmente escamoteiam dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres rurais, ao agregarem o trabalho na produção agrícola às tarefas domésticas e de cuidado com filhos e idosos (IPEA, 2013).

Corrobora essa hipótese, o fato de 64% das mulheres classificadas como "donas de casas" serem esposas de agricultores familiares. Não é razoável supor que estas mulheres não tivessem qualquer envolvimento na produção agrícola familiar, ou seja, vivendo *na* e *da* unidade produtiva se restringissem apenas ao espaço da casa — a esfera doméstica. Essa situação reforça a tese, já consagrada em vários estudos, acerca do não reconhecimento do trabalho feminino na agricultura de base familiar e, portanto, suscita a necessidade de se (re)discutir questões e papéis de gênero no espaço rural, tendo a agricultura familiar como lócus (MOURA, 1978; VALADARES *et al.*, 2016).

O papel de instância socializadora do trabalho se acentua no caso da agricultura familiar em função de duas características centrais: a primeira, a natureza desse trabalho — em geral desenvolvido com emprego exclusivo da mão de obra familiar, embora marcado por fortes relações de dependência e compadrio com agentes que estão no entorno da unidade produtiva; a segunda, a inserção precoce das crianças e adolescentes no trabalho da agricultura familiar — situação que mescla, ao mesmo tempo, o "dever" de ensinar os filhos um ofício e/ou o "valor do trabalho", com a possibilidade de gerar renda através do uso dessa mão de obra em formação.

Na amostra em questão, verificamos que 66% dos jovens exerciam algum trabalho quando eram estudantes na EFA-O. Em 47% dos casos esse trabalho era remunerado e em 45% das situações não remunerado. Em geral, esse trabalho de natureza agrícola estava ligado diretamente ao cultivo e/ou criação de animais (77%).

Verificamos, na Tabela 5, que 73% dos participantes afirmam ter trabalhado sempre na terra de seus pais, 21% às vezes/raramente. O número daqueles que registram nunca terem trabalhado é bastante reduzido (1%), o que demonstra que estes egressos tiveram, quando estudantes, um papel importante na produção agrícola familiar, partilhando um conjunto de experiências relacionadas à organização do trabalho (da produção à comercialização).

[13] Somamos o percentual de agricultores (72%) com o de pescadores (4%), ambas as categorias profissionais integram o conceito agricultor familiar previsto em lei.

Tabela 5 – Frequência de trabalho na terra da família.

	Total	**%**
Sempre	45	73%
Nunca	1	2%
Às vezes/raramente	13	21%
NR	3	5%
Total*	**62**	100%

*Total de famílias que disseram possuir alguma forma de acesso à terra.
Fonte: Elaboração do autor.

Há uma contradição que se estabelece entre a necessidade da utilização da mão de obra de todos os membros da família e, de modo geral, a centralização do poder de decisão em alguma figura masculina adulta (o pai, o avô etc.). Alguns estudos relatam a pequena ou nenhuma participação dos jovens nas decisões sobre o que e como produzir. Soma-se a isso, o fato de os jovens não auferirem qualquer remuneração pelo seu trabalho e de não terem espaço para opinar sobre a forma de utilizar os recursos materiais resultantes da produção. Estes são alguns dos fatores que desmotivam os jovens a permanecerem no campo (CASTRO, 2005; BATTESTIN, 2009; VALADARES *et al.*, 2016).

A Tabela 6 ilustra um dos aspectos dessa situação. Em primeiro lugar, podemos verificar que a elevada frequência de trabalho na terra não leva à igual participação na tomada de decisões, ou seja, dos que disseram trabalhar sempre na terra, apenas 56% participam sempre das decisões. Quando decompomos essa participação, considerando recortes de gênero, verificamos um cenário bastante negativo em relação à participação feminina. Mesmo trabalhando SEMPRE na terra, apenas 33% das jovens mulheres participavam da tomada de decisões; no caso dos jovens homens, esse percentual foi bastante superior, atingindo 64%, número quase duas vezes maior que o referente às mulheres. A dificuldade de se fazerem ouvidas e de terem seu trabalho reconhecido talvez sejam alguns dos fatores que impulsionaram um grande contingente de mulheres a deixar o campo nas últimas décadas.

Tabela 6 – Frequência de trabalho na terra dos pais SEMPRE x tomada de decisões.

	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**	**Total**	**%**
Às vezes/raramente	5	42%	8	24%	13	29%
Nunca	3	25%	3	9%	6	13%
Sempre	4	33%	21	64%	25	56%
NR	–	–	1	3%	1	2%
Total	**12**	100%	**33**	100%	**45**	100%

Fonte: Elaboração o autor.

Atualmente, 68% dos participantes do evento possuem alguma forma de acesso à terra para produzir o que desejam, seja como proprietário, meeiro ou na terra dos pais. O acesso à terra não necessariamente implica o exercício de

atividades vinculadas à agricultura. Isso se reflete no escopo de profissões exercidas por esses egressos, homens e mulheres, compondo um quadro bastante heterogêneo. Por esta razão, optamos, na tabulação dos dados, em trabalhar as respostas relativas à profissão em quatro grupos: agrícola, não agrícola, não agrícola ligado ao rural e estudante.

Notamos, a partir do demonstrado na Tabela 7, que a maioria dos ex-alunos exerce atualmente atividades profissionais de natureza não agrícola. Essa constatação sugere que não se constituem — por si só — fatores suficientemente determinantes para a escolha de uma profissão de natureza agrícola: ser socializado desde a infância no exercício de atividades agrícolas; ter sido educado numa escola que valoriza a agricultura familiar, ou, finalmente, possuir alguma forma de acesso à terra.

Tais fatores poderiam à primeira vista facilitar a permanência dos jovens no campo, no entanto, nosso estudo sugere que tais "escolhas" são de ordem bem mais complexa. Implicam a combinação de fatores estruturais (terra, trabalho e acesso a equipamentos públicos de saúde, educação e lazer) com um conjunto de disposições derivadas de experiências positivas vividas pelos sujeitos, quando jovens, no âmbito da família e da escola. Na família, parece importante a valorização da contribuição do jovem no trabalho familiar, fornecendo a este as condições para a realização de sua autonomia. Na escola, faz-se necessário colocar em prática experiências que levem a juventude a valorizar as áreas rurais, fornecendo elementos concretos para que estes encarem o campo como um espaço possível de realização de seus projetos de vida e futuro. As EFA, por meio da sua pedagogia da alternância, têm atuado nesse sentido, não só no âmbito da escola, mas na articulação que estabelece com as famílias de seus alunos e o Estado.

Tabela 7 – Ocupação atual de homens e mulheres por natureza da profissão.

	Homens	**%**	**Mulheres**	**%**
Agrícola	8	17%	-	0%
Não Agrícola	27	56%	16	70%
Não Agrícola ligado ao rural	5	10%	1	4%
Estudante	1	2%	2	9%
Desempregado	0	0%	2	9%
NR	7	15%	2	9%
Total	**48**	100%	**23**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Adicionalmente, os dados ainda revelam que 92% dos respondentes se sentem satisfeitos com a profissão atual. O grau de satisfação com suas profissões pode estar relacionado à renda, bem como a oportunidades de realizar escolhas profissionais de forma relativamente mais confortável que o restante da população (68% têm acesso à terra, todos têm ao menos o curso técnico em agropecuária e 44% ingressaram no Ensino Superior ou já o concluíram).

Perguntados sobre o quão importante (de 0 a 10) foi a EFA-O para a sua situação profissional, obtivemos uma elevada média entre as respostas (8,9). Esse dado, associado à variedade de profissões exercidas pelos egressos, sugere que a formação recebida por eles é vista como suficientemente dinâmica para permitir diferentes "escolhas" em relação a seu futuro profissional, seja reestruturando a propriedade familiar ou mesmo montando o próprio negócio, seja exercendo atividades de natureza não agrícola.

Sobre o aspecto renda, 38% têm renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, 31% situam-se no estrato entre 3 e 6 salários. No comparativo, o percentual dos que possuem até 1 salário mínimo de renda familiar (3%) é inferior àqueles que têm mais de 15 salários (6%). Somados os que possuem mais de 3 salários mínimos como renda familiar, chegamos a um percentual de 58% dos participantes.

Tabela 8 – Renda familiar.

	Total	**%**
Até 1 salário mínimo (R$ 937)	2	3%
De 1 a 3 salários mínimos (R$ 937 a 2.811)	27	38%
De 3 a 6 salários mínimos (R$ 2.811 a 5.622)	22	31%
De 6 a 9 salários mínimos (R$ 5.622 a 8.433)	9	13%
De 9 a 12 salários mínimos (R$ 8.433 a 11.244)	3	4%
De 12 a 15 salários mínimos (R$ 11.244 a 14.055)	3	4%
Mais de 15 salários mínimos (R$ 14.055 em diante)	4	6%
NR	1	1%
Total geral	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Vida comunitária e associativa e acesso a políticas públicas e informação

A valorização da capacidade das EFA em formar líderes rurais é comum entre lideranças que militam na pedagogia da alternância. Tal suposto é alicerçado, de um lado, na avaliação acerca dos conteúdos, vivências e situações a que os alunos são confrontados no espaço escolar; e, de outro lado, nos exemplos exitosos de ex-alunos dessas escolas que se encontram envolvidos no dia a dia de associações, sindicatos e poderes públicos em diversos municípios. O grupo de quesitos tratado nesta subseção busca dar a medida da participação social desses ex-alunos, além de tratar do acesso a políticas públicas e à informação.

A participação política dos egressos, expressa em filiações partidárias, é insignificante (94% não pertencem a nenhum partido político). No que se refere à participação associativa/comunitária, o quadro apresenta variação, sendo mais significativo o envolvimento dos egressos em grupos ou atividades religiosas (48%), seguido de sua participação em grupos/atividades esportivas (17%) e grupos representativos de atividades produtivas (15%) e, por último, com

menor índice a participação em grupos/atividades culturais (7%). Entretanto, não podemos deixar de registrar o número daqueles que não participam de nenhuma dessas atividades (27%), só superado pela participação religiosa.

Tabela 9 – Participação associativa/comunitária.

	Total	**%**
Grupos/atividades culturais	5	7%
Grupos/atividades esportivas	12	17%
Grupos/atividades religiosas	34	48%
Grupos/atividades produtivas	11	15%
Não participo	**19**	27%

Fonte: Elaboração do autor.

As políticas públicas mais acessadas pelos participantes e suas famílias são o Pronaf (37%), seguido da Previdência Social (27%) e do Programa Bolsa Família (10%). Por outro lado, 34% afirmam não ter tido acesso a qualquer política pública. Como presumimos que quase todos utilizam os serviços públicos na área de saúde, esse percentual pode significar mais um desconhecimento acerca do conceito de política pública do que o não acesso a nenhuma delas.

Tabela 10 – Acesso a políticas públicas por parte dos membros do domicílio.

	Ocorrências	**%**
Reforma agrária	1	1%
Regularização fundiária	-	-
Crédito Fundiário	2	3%
Pronaf	26	37%
Pnae/PAA	1	1%
Ater	2	3%
Pronatec/ProUni/Pronera	1	1%
Habitação rural	3	4%
Previdência Social (aposentadoria ou pensão)	19	27%
Bolsa Família	7	10%
Outras	-	-
Nenhuma	24	34%
NR	1	1%

Fonte: Elaboração do autor.

Sobre os meios de comunicação, em específico as plataformas mais utilizadas para acessar informações, a internet/redes sociais/WhatsApp lideram o ranking (97%), seguido da televisão (85%), jornal/revistas/impressos (54%) e o rádio (39%). Os números relativos à internet (e seus derivados) sugerem que seu uso está sendo democratizado, com a ampliação do acesso a essa tecnologia e, ao mesmo tempo, a adaptação de diferentes gerações à sua dinâmica. Evidenciamos também a perda de espaço de veículos tradicionais de acesso à informação como o rádio e a televisão em face da interatividade da internet.

Tabela 11 – Meios de comunicação utilizados para manter-se informado.

	Ocorrências	%
Rádio	28	39%
Internet/Redes Sociais/WhatsApp	69	97%
Televisão	60	85%
Jornal/Revista/Impressos	38	54%
Boletins e/ou jornais sindicais	9	13%

Fonte: Elaboração do autor.

Projetos de vida e expectativas em relação ao futuro

O projeto de futuro difere-se do ato de fantasiar. A diferença reside no que Schutz (1979) chamou de "intenção de realização", ou seja, algo que "transforma a fantasia interior em desempenho ou ação que afeta o mundo exterior" (p. 124). Os projetos de futuro refletem, em alguma medida, o conjunto de experiências amealhado pelos sujeitos ao longo da vida, em diferentes espaços de socialização. Essas experiências, produtoras de disposições para o agir (*habitus*), associadas a condições estruturais e conjunturais, constituem o substrato desses projetos de futuro.

Com base no exposto, as perspectivas dos participantes em relação ao futuro foram consideradas sob dois vetores: a partir do "desejo" (aquilo que gostariam de fazer considerando apenas a sua vontade) e a partir da "expectativa" (aquilo que acreditam que farão ou serão obrigados a fazer em face das circunstâncias e/ou condições socioeconômicas, algo que Schutz (1979) chamou de "campo de possibilidades"). Levando-se em conta um horizonte temporal de médio prazo (10 anos), os participantes foram interrogados sobre onde pensam e desejam estar residindo, e onde desejam estar trabalhando.

Verificamos, na Tabela 12, que 73% desejam residir no campo passados esses 10 anos, enquanto apenas 8% preferem morar na cidade. Certamente pesam para esse anseio de residir no campo os atributos atualmente associados a esse espaço, como qualidade de vida, tranquilidade e ausência de violência urbana[14]. Somam-se a isso, talvez, outros elementos que podem ser derivados de seu perfil, como: a vontade de retornar a um espaço onde se desenvolveu sua socialização; um projeto ligado a preparação para a vida na terceira idade; uma visão do rural como espaço de criação dos filhos; ou para implementar um projeto produtivo. Igualmente, ao preterir a cidade como espaço de moradia, os egressos buscam distanciar-se de problemas comuns nas cidades brasileiras, como a violência, a poluição, o trânsito, o alto custo de vida etc.

[14] Não se deve desconsiderar que o fenômeno da violência urbana, em específico a questão dos roubos e o uso e comércio de entorpecentes, cada vez mais tem se manifestado em áreas rurais brasileiras.

Tabela 12 – Onde os participantes DESEJAM estar vivendo daqui a 10 anos.

	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
No campo	15	65%	37	77%	52	73%
Na cidade	2	9%	4	8%	6	8%
Não sei dizer	4	17%	5	10%	9	13%
Tanto faz	1	4%	2	4%	3	4%
Não respondeu	1	4%	0	0%	1	1%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

No limite, tais desejos podem ainda indicar a percepção de que atualmente, em certas áreas rurais, já é possível ter acesso a equipamentos e serviços públicos antes presentes apenas no espaço urbano, como internet, televisão a cabo, saúde, educação, lazer etc., o que se distancia da noção de espaço rural associado a isolamento e atraso.

Quando perguntamos onde os egressos pensam que estarão vivendo daqui a 10 anos (Tabela 13), aferimos um percentual de 62% destes indicando como provável localidade de residência o campo; enquanto 14% citam a cidade. Esses números são ligeiramente diferentes dos encontrados na Tabela 12, o que sugere a existência de certa distância entre o livre "desejo" e a avaliação acerca da real viabilidade de realização de um projeto (expectativa).

O percentual de mulheres que desejam viver no campo (65%) é inferior ao de homens (73%). Da mesma forma, o número de mulheres que projetam seu futuro tendo o rural como espaço de sua realização (52%) é inferior ao de homens (67%). Algumas pistas para a compreensão dessas diferenças já foram elencadas ao longo deste texto e estão relacionadas ao peso das relações patriarcais e a diferenças de gênero no campo.

Tabela 13 – Onde os participantes ACHAM que estarão vivendo daqui a 10 anos.

	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
No campo	12	52%	32	67%	44	62%
Na cidade	3	13%	7	15%	10	14%
Não sei dizer	8	35%	8	17%	16	23%
Não respondeu	0	0%	1	2%	1	1%
Total	**23**	100%	**48**	100%	**71**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Complementamos esse quadro, acerca dos desejos dos participantes, com uma questão aberta e de livre resposta que ultrapassa a temporalidade estabelecida nas questões anteriores, ao se inquirir de forma direta qual o maior sonho do egresso. De 71 formulários, em relação aos sonhos, chegamos a

um total de 59 respostas válidas[15]. Estes sonhos foram agrupados de acordo com a sua *espacialidade*, *dimensão* e *tema*[16].

Como observamos na Tabela 14, a maior parte dos sonhos tem o espaço rural como lugar de realização (44%), e verificamos também a ocorrência de sonhos que podem estar ligados ao mesmo tempo ao rural e ao urbano (31%) e de sonhos que não podem ser classificados a partir desses critérios (25%). Não há registro de sonhos ligados exclusivamente à vida na cidade.

Tabela 14 – Espacialidade dos sonhos.

	Total	**%**
Sonhos ligados à vida no campo	26	44%
Sonhos ligados à vida na cidade	–	–
Sonhos ligados à vida no campo e na cidade	18	31%
Sonhos não classificáveis nesse quesito	15	25%
	59	100%

Fonte: Elaboração do autor.

A ampla maioria dos sonhos (81%) compõe-se de projetos de caráter pessoal, sendo o segundo maior grupo constituído de sonhos humanistas ou universais (10%). Sonhos familiares e sonhos comunitários (ou para a população rural geral) obtiveram, respectivamente, 2 e 5% das respostas. O predomínio de sonhos pessoais, de natureza individual, pode estar relacionado a um fenômeno social mais amplo de individualização (RISTORD, 2017), que pode explicar inclusive a baixa participação associativa e política dos integrantes da amostra.

Tabela 15 – Dimensões dos sonhos.

	Total	**%**
Sonhos/projetos pessoais	48	81%
Sonhos/projetos familiares	1	2%
Sonhos/projetos comunitários ou para a população rural	3	5%
Sonhos/projetos humanistas ou "universais"	6	10%
Sonhos não classificáveis neste quesito	1	2%
	59	100%

Fonte: Elaboração do autor.

[15] Em alguns formulários não se encontram respostas à questão e, em outros, a resposta não gerava qualquer sentido. Esses foram excluídos da contagem.

[16] Os sonhos foram agrupados de acordo com suas *espacialidade* (sonhos ligados à vida no campo; sonhos ligados à vida na cidade; sonhos ligados à vida no campo e na cidade; e sonhos não classificáveis nesse quesito), *dimensões* (sonhos/projetos pessoais; sonhos/projetos familiares; sonhos/projetos comunitários ou para a população rural; sonhos/projetos humanistas ou "universais"; e sonhos não classificáveis nesse quesito) e *temas* (acesso à terra — desejo de ser proprietário/demanda por reforma agrária, crédito fundiário, regularização fundiária; projeto produtivo agrícola/agricultura familiar; produção sustentável/agroecologia/alimento de qualidade/não uso de agrotóxico; empreendedorismo — não necessariamente rural; emprego/trabalho não agrícola ou não especificado; educação/formação/capacitação; renda/condição financeira; habitação; direitos/cidadania/políticas públicas de forma geral; qualidade de vida/tranquilidade; e, por fim, sindical/político).

Quanto à distribuição dos sonhos por temas (Tabela 16), notamos sua pulverização, fruto do volume reduzido de sonhos e da variedade de trajetórias individuais dos egressos. Em linhas gerais, os temas de maior importância são: projeto produtivo agrícola/agricultura familiar (22%), emprego/trabalho não agrícola ou não especificado (12%), acesso à terra (10%), educação/formação/capacitação (8%), direitos/cidadania e políticas públicas (7%) e qualidade de vida/tranquilidade (7%). Em 20% dos casos não foi possível classificar o sonho de acordo com as categorias prefixadas, e a criação de novas categorias levaria a uma pulverização ainda maior dos resultados.

Tabela 16 – Distribuição dos sonhos por temas.

	Total	**%**
Acesso à terra	6	10%
Projeto produtivo agrícola/agricultura familiar	13	22%
Produção sustentável/agroecologia/não uso de agrotóxico	1	2%
Empreendedorismo (não necessariamente rural)	2	3%
Emprego/trabalho não agrícola ou não especificado	7	12%
Educação/formação/ capacitação	5	8%
Renda/condição financeira	3	5%
Habitação	1	2%
Direitos/cidadania/políticas públicas de forma geral	4	7%
Qualidade de vida/tranquilidade	4	7%
Sindical/político	1	2%
Nenhum dos anteriores	12	20%
Total	**59**	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Por fim, na Parte 2 do questionário, um conjunto de questões buscou avaliar a importância/influência da EFA-O em alguns elementos da vida dos seus ex-alunos. Estes foram demandados a avaliar o quão importante foi a escola para os seguintes aspectos relacionados à sua vida: na trajetória profissional, na autonomia e respeito conquistados perante os familiares, na sua participação na comunidade, nos seus sonhos e projetos de futuro, na maneira de enxergar o mundo, para saber seus direitos e lutar por eles e, por fim, no aprendizado de novas técnicas de produção e no gerenciamento da unidade produtiva. A cada um desses aspectos o respondente deveria atribuir uma nota de 0 (pouco importante) a 10 (muito importante). Somadas as respostas, a média geral para cada uma das questões foi superior a 8,6, o que sugere um alto nível de reconhecimento, por parte de seus ex-alunos, do papel da escola em dimensões estruturantes de suas vidas.

Considerações finais

Este estudo se propôs a identificar, a partir dos dados fornecidos pelos participantes do III Encontro de ex-alunos da EFA-O, as diversas situações que compõem a trajetória desses egressos, especialmente aquelas relacionadas ao período em que eram estudantes, à situação presente e as suas expectativas em relação ao futuro. O perfil obtido refere-se aos egressos presentes no III Encontro de ex-alunos, logo, qualquer generalização que queiramos obter com esses dados é, no mínimo, um processo difícil de ser concebido. No entanto, a despeito dos limites do método e do universo de análise, os resultados nos fornecem pistas para pensar a realidade dos demais ex-alunos de Escolas Família Agrícola.

As trajetórias de ex-alunos revelam um mosaico de situações socioeconômicas e de arranjos familiares entrecortados pelo contato com a EFA de Olivânia e a experiência de se educar na pedagogia da alternância. Trata-se de uma vivência formativa marcada por elementos como o internato, a vida em grupo, o intercâmbio entre realidades diferentes de cada estudante e a dinâmica de auto-organização e compartilhamento de tarefas no espaço escolar. Não por acaso, registramos a reverência com que os alunos tratam a escola em várias situações estudadas nesta pesquisa, ou seja, consideram essa unidade de ensino como "sua segunda família".

O perfil dos participantes do evento permite, grosso modo, classificar os componentes dessa amostra como de cor branca, com nível de escolaridade média e, em alguns casos, superior, cuja idade média se aproxima dos 40 anos, isto é, em transição para a meia idade, e pertencentes à classe média. Concentram-se, em termos de local de domicílio, dentro da primeira área de influência do Mepes: os municípios de Guarapari, Anchieta, Iconha, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul (escolas criadas na década de 1960).

Resta evidente os desafios que envolvem a participação feminina na agricultura, exemplificada na sua baixa participação em relação à tomada de decisões sobre os rumos da unidade produtiva familiar, isso a despeito do envolvimento direto dessas mulheres nas atividades da produção agrícola, como mão de obra.

A escolaridade das mulheres, mais elevada que a dos homens, pode ser indicativo de um conjunto de estratégias que estas lançam mão para galgar posições e viver de forma mais autônoma. De toda maneira, segue a tendência de crescimento da escolaridade entre elas na sociedade brasileira. O fato de as mulheres rurais, de modo geral, se casarem mais que os homens, pode também relacionar-se ao mesmo processo de busca de autonomia, usando para isso o matrimônio.

Embora uma parte dos participantes exerça atividades de natureza não agrícola, aparece igualmente entre homens e mulheres o desejo de retorno ao campo, seja para morar, seja para trabalhar. Tal desejo pode estar relacionado a diversas motivações: uma vontade de retornar a um espaço onde se

desenvolveu sua socialização primária; um projeto ligado à preparação para a vida na terceira idade; uma visão do rural como espaço de criação dos filhos ou o campo como espaço para implementar um projeto produtivo.

Mais que isso, tais desejos podem indicar transformações pelas quais têm passado certas áreas rurais, contando atualmente com serviços e políticas públicas antes existentes apenas no espaço urbano. A ideia de áreas rurais isoladas, cristalizada no senso comum de gerações, vai aos poucos cedendo lugar a uma nova concepção de campo, fruto de investimentos públicos e do próprio avanço do capitalismo, que instala condições gerais de sua produção em todo o território onde o capital se implanta. Isso sem mencionar a importância das lutas dos trabalhadores do campo por direitos de cidadania.

Resta saber se esses egressos e tantos outros jovens e adultos, que desejam permanecer no campo ou retornar para este espaço, encontrarão políticas públicas que possibilitem a realização desses seus projetos de vida.

Referências bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BATTESTIN, Simone. **Ser jovem e ser agricultor:** a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Dissertação (Mestrado em extensão rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2009. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4112. Acesso em: 6 nov. 2020.

BOURDIEU, P. A sociologia de Pierre Bourdieu. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática. 1983.

CALIARI, Rogério Omar. **A presença da família camponesa na escola família agrícola:** o caso de Olivânia. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal Espírito Santo, Vitória, ES, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/handle/10/2173. Acesso em: 7 nov. 2020.

CALIARI, Rogério Omar. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento loca**l. Minas Gerais, 2002.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. Mimeo. **Biblioteca da Clasco**. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf. Acesso em: 7 abr. 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em:

http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/1624/1/tese.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

DEWEY, John. **Experiencia y Educacíon**. Editorial Biblioteca Nueva: Madri, 2010.

DODIER, Nicolas. **Une approche processuelle des dispositifs**. I Colóquio Crítica e pragmatismo na sociologia. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2016. Conferência de abertura.

DODIER, Nicolas.; BARBOT, Janine. A força dos dispositivos. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, maio/ago. 2017.
GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância das Ceffas**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **A juventude rural do III Festival de Juventude da Contag**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29833&Itemid=9. Acesso em: 6 nov. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **A Marcha das Margaridas:** perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Relatório de pesquisa: Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20352. Acesso em: 6 nov. 2020.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da alternância no Brasil**. **Coleção Educação do campo**. Reimpressão (obra originalmente publicada em 1977). Vitória, ES: Edufes, 2013. Disponível em: http://edufes.ufes.br/items/show/281. Acesso em: 6 nov. 2020.

RISTORD, Philipe. **Accompagner autrement : une posture d'accompagnement singulière dans de champ de l'éducation et de la formation l'exemple des MFR**. In: CHAUVET, A. (Coord.). L'art d'accompagner autrement : différents regards. Marseille: Editions Kelvoa, 2017.

SANTOS, Damião Solidade dos. **Os processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local:** o caso das EFAs do município Lago dos Juncos – Maranhão. Dissertação (Mestrado). PPG em Desenvolvimento Socioespacial e regional. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, 2017. Disponível em: http://www.ppdsr.uema.br/wp-content/uploads/2018/08/Dissertacao-Damiao-cmpleta.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relação sociais**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Russel Parry. (2001). Quase adulta, quase velha: Por que antecipar as fases do ciclo vital? **Interface: comunicação, saúde e educação**, 8, 61-72. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832001000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 nov. 2020.

VALADARES, Alexandre Arbex et. all. **Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada**. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 59-96. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap02.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

VALADARES, Alexandre Arbex. **O gigante invisível:** território e população rural para além das convenções oficiais. Brasília, DF: Ipea, 2014. (Texto para discussão, 1942.) Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/aaatd_1942.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcul**a**. Campinas: Autores Associados, 2002.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Mepes:** a longa caminhada, 1963-1980. Anchieta, ES: Mepes, 2018.

Leonardo Rauta Martins
Professor substituto da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Brasil. Doutor em Sociologia (UnB), com estágio sanduíche na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ) e Licenciado em História (UFES). Tem experiência na formulação, implementação e avaliação de políticas de desenvolvimento rural, tendo atuado ao longo dos últimos 15 anos em órgãos públicos e organizações sociais. Atua na área de Sociologia com ênfase em desenvolvimento rural, políticas públicas, juventude, educação e igualdade racial.
E-mail: rauta.martins@gmail.com
ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/8652441698463693
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4595-0822